

Por uma Política Externa da "Terceira Via"

Estudo Livres 02/2022

A política externa é uma necessidade inerente a qualquer Estado soberano, e não poderia ficar de fora das atenções de nosso movimento. Nenhum país está sozinho no mundo, e se os últimos anos nos ensinaram alguma coisa, foi perceber que o mundo está cada vez mais interligado em seus problemas e na busca por suas soluções. Nesse sentido, as diretrizes lançadas pela política externa de um país dialogam não apenas com o curto horizonte temporal de uma legislatura do Congresso Nacional e do poder executivo, como também com as linhas-mestras de atuação do país ao longo de sua história, sua situação geopolítica, e suas metas de desenvolvimento de longo prazo.

O Brasil já conta, em sua política externa, com linhas já bastante sedimentadas desde a independência, e solidificadas no Art. 4o. da Constituição Federal de 1988: o respeito à autodeterminação dos povos, a solução pacífica de controvérsias, prevalência dos direitos humanos, entre outras. No entanto, as últimas duas décadas têm sido marcadas por percalços e controvérsias em relação à aplicação destes conceitos, e pela ausência de princípios verdadeiramente liberais na formulação da política externa e de sua aplicação.

Em vista desse cenário, a setorial internacional do Livres tem se dedicado a formular o presente documento desde julho de 2021, consultando as diversas setoriais do movimento e especialistas em vários campos das políticas públicas com o qual o movimento tem interlocução, dentro e fora do Itamaraty.

Os cinco pontos principais estão listados a seguir, em resumo:

1. Buscar a reciprocidade em nossas relações internacionais

Entre as diferenças mais comuns entre uma política externa de direita e de esquerda, no debate público atual, estaria a suposta oposição entre uma maior ênfase aos países desenvolvidos (que em tese, poderiam nos conceder vantagens econômicas e comerciais) ou aos parceiros regionais e os países em desenvolvimento - como parte de uma concertação mais ampla do "sul geopolítico". Avaliamos que essa discussão é pobre, pois é baseada em visões de mundo pré-concebidas, e não tem lastro na realidade.

O que se percebe na lida prática é que, nas últimas duas décadas, o Brasil tem atentado pouco à ideia de reciprocidade nas relações internacionais. As correntes políticas que ocuparam o poder executivo desde então acreditavam que, de alguma forma, poderiam escolher seus aliados e interlocutores no cenário global, sem contudo atentar ao que de fato ocorre no conjunto das relações bilaterais. O que se propõe é que o Brasil tenha como princípio, na avaliação de prioridades, identificar quais países têm empreendido mais esforços de aproximação política e de participação conjunta em ações nas variadas áreas temáticas. O raciocínio indutivo, que vai da realidade concreta para o planejamento diplomático, é a chave para uma política externa "baseada em evidências".

2. Ser um vetor de inserção econômica e comercial do Brasil no mundo

É surpreendente notar que, nos últimos vinte anos, a política externa não tenha tratado a inserção do Brasil na economia mundial com a prioridade devida. A quantidade e qualidade de acordos assinados no período foi muito aquém de nossa dimensão no contexto global. Talvez seja assim porque o país, surpreendentemente, ainda não se vê como um dos mais fechados do mundo nesse quesito, e o quanto isso é uma barreira ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, a ampliação da participação do Brasil na corrente de comércio mundial, por meio da negociação de acordos econômicos e comerciais bilaterais, baseada na ideia da reciprocidade, deve ser a prioridade temática absoluta para uma nova plataforma de política externa.

E não se trata apenas de tarifas comerciais. A abertura do país a regimes internacionais em serviços, compras governamentais, investimentos e comércio eletrônico, entre tantas outras disciplinas, deve ser promovida como vetor para nosso desenvolvimento. Nesse sentido, a adesão do Brasil a regimes como o da OCDE deve ser um processo natural, e não baseada apenas em voluntarismos temporários. Do mesmo modo, sem prejuízo para uma atuação mais ampla pela Organização Mundial do Comércio, é necessário reconhecer a ascensão dos regimes e acordos plurilaterais, e avaliar a entrada do Brasil nestes no que for possível.

Mas abrir-se para o mundo não é apenas aderir a clubes de países desenvolvidos. A diversificação de mercados é um desejo, não apenas para nossos exportadores, como também para abrir novas complementaridades

econômicas com novos países e blocos. A ASEAN, SAARC, e a Zona de Comércio Livre Continental Africana poderão trazer boas oportunidades. É preciso estar pronto para negociar acordos com quaisquer países que ofereçam boas propostas de abertura.

Por isso, faz-se necessário que os demais países do Mercosul estejam em sintonia. O bloco regional precisa decidir, de forma mais resoluta, se realmente quer se tornar um vetor da integração econômica global, ou se serve apenas para proteger lobbies nacionais. Nesse sentido, a ideia de uma união aduaneira, inspirada no projeto da União Europeia, não faz sentido para o contexto do Mercosul, e poderia ser flexibilizada (ou mesmo eliminada) dos tratados constitutivos do bloco. O Brasil não pode mais arcar com a manutenção de estruturas ultrapassadas, que retiram flexibilidade nas negociações com novos parceiros mundo afora.

3. Recuperar a primazia dos Direitos Humanos na política externa

Se há algo que aproxima as plataformas de esquerda e de direita no que tange à política externa, é a concepção “amoral” de pragmatismo - que nos faz subvalorizar, ou mesmo ignorar, questões relacionadas aos direitos humanos nos contatos realizados com outros países. Foi essa concepção que nos aproximou de ditaduras e regimes autocráticos de diferentes matizes ideológicas, em situações nas quais o bom-senso não recomendaria maior envolvimento.

No entanto, a tarefa de recuperar a prevalência dos direitos humanos na agenda internacional não pode ser pautada pela recusa ao diálogo ou pela soberba de uma

falsa superioridade moral. O Brasil deve engajar-se ainda mais na interação com estes parceiros, ciente das dificuldades adicionais advindas do tratamento de assuntos inconvenientes, mas também consciente de seu capital diplomático e dos laços de amizade cultivados pelo país no concerto das nações.

4. Restaurar as credenciais de sustentabilidade e de defesa do meio ambiente

A política externa não pode ser apenas uma ferramenta de relações públicas, para propagar os supostos avanços do país na área ambiental. É crucial fazer dela a vanguarda de uma visão estratégica, que tem em conta não apenas as condições únicas do território brasileiro, mas o impacto das ações humanas no longo prazo.

O Brasil tem todos os elementos geográficos e de biodiversidade para se tornar uma “superpotência ambiental”, e também possui um arcabouço de boas práticas e conhecimentos, desenvolvidas por uma rede de profissionais de grande qualidade em comparação com o resto do mundo. No entanto, o que verificamos ao longo dessas últimas duas décadas foi o abandono de muitas das práticas que nos destacam internacionalmente. Na política energética, por exemplo, foi retomada a construção de grandes usinas hídricas na Amazônia, com impacto ambiental inaceitável para comunidades locais e no contexto global. A política de biocombustíveis foi tabulada, sob o pretexto que o pré-sal nos tornaria um grande exportador de petróleo.

Recuperar o protagonismo brasileiro quanto ao meio ambiente no cenário internacional,

nesse sentido, não é apenas implementar boas políticas nessa área no campo interno, mas participar ativamente na busca de novos patamares para a proteção deste. Esse esforço certamente reforçaria a posição do Brasil no acesso a mercados para o agronegócio, e traria a acertada percepção de que nosso país estaria, enfim, realizando integralmente suas potencialidades como nação. A busca de novos instrumentos internacionais de caráter vinculante, tal como visto na Rio-92, deve ser um dos principais pilares dessa nova atuação.

5. Modernizar o Itamaraty e valorizar a contribuição técnica das carreiras de Estado

Uma boa política pública se faz com gente, profissionais plenamente capacitados para suas funções, e não seria diferente no caso da política externa. O Brasil tem um patrimônio diplomático bastante expressivo, que advém tanto do próprio caráter nacional, quanto da atuação secular do Itamaraty, que é reconhecido por seus pares como um dos melhores serviços diplomáticos do mundo.

Esse papel tem sido corroído ao longo dos últimos anos pela influência de voluntarismos políticos e pela valorização de agendas partidárias de curto prazo, em detrimento dos interesses nacionais de longo prazo, e da leitura mais objetiva da realidade, sem fórmulas pré-concebidas ou ideológicas. Tais influências políticas também se fazem sentir no atraso em adotar uma gestão mais institucional e impessoal no trato diário do ministério.

É preciso reconhecer e valorizar a diplomacia como um ofício, e estabelecer mecanismos de avaliação de resultados de políticas e de funcionários de forma mais objetiva e

profissional, em separado da gestão cotidiana de pessoal. Criar ferramentas de reconhecimento, para dar crédito às inovações e à abnegação dos membros do Serviço Exterior Brasileiro no cumprimento de suas missões. Fomentar o debate interno, fazer ouvir os dissensos, e mesmo premiá-los quando auxiliarem na formulação de ações externas.

Dar ênfase ao profissionalismo é também abrir o Itamaraty para a atuação de mais carreiras de Estado e suas contribuições técnicas. Nossas embaixadas e representações no exterior têm sido cada vez mais plurais, com a crescente presença de agências e órgãos de governo sob seu abrigo. O Itamaraty deve estar pronto para acolhê-las e coordená-las, sempre que a criação destas for oportuna e benéfica para a política externa.

Conclusão

Ao sintetizar as principais linhas de atuação externa desejáveis a uma plataforma liberal, a intenção da setorial de assuntos internacionais do Livres foi a de iniciar uma discussão sobre política externa que envolvesse o maior número possível de áreas temáticas, e não apenas a agenda de abertura econômica pela qual o movimento liberal é tantas vezes reduzido.

Nesse ponto, esperamos que o presente resumo sirva de insumo para discussões sobre a transposição do pensamento liberal para o campo da política externa, de modo a que tenhamos cada vez mais clareza sobre o que é uma política externa *liberal por inteiro*, e que possamos, como movimento, contribuir com nossa leitura sobre os problemas nacionais e suas possíveis soluções

Com a colaboração de

Setorial de Relações Internacionais do Livres

Rafael Rodrigues Paulino



Associação Livres

R. Henrique Monteiro, 234 - Pinheiros
São Paulo - SP
CEP: 05423-020

Contato:

contato@eusoulivres.org
+55 11 3032-1355